

SIMPÓSIO TEMÁTICO

Cultura, Subjetividade e Experiência: dinâmicas contemporâneas na Arquitetura

TÍTULO DO TRABALHO

Noções de tempo e espaço na cidade contemporânea

Pinheiro, Ethel. Arq., Prof. Adjunta FAU-UFRJ

Resumo

Nada neste mundo ocorre que não seja emoldurado por algum tipo de tempo. Falar sobre tempo é, para nós – seres humanos – o mesmo que falar de nossas ansiedades, nossas expectativas, nossas vontades. A relação de oposição e de correspondência que se estabelece no cruzamento de diversos tipos de tempo apontados por alguns teóricos atuais (Batten, 1995; Benkirane, 2005) aponta para um entrelaçamento com as teorias em arquitetura que pregam uma diversidade infinita de tempos coadunando com as transformações na cidade contemporânea. Esta mescla, essencial à interpretação da *bricolage urbana* (Rowe, 1984) e do emaranhado de linguagens e signos na cidade é de extrema importância para a formação de um arcabouço consistente em nossos estudos sobre o papel da *memória*, uma vez que a mistura de tempos – essenciais para uma nova compreensão dos espaços – acontece de maneira desordenada e promove a construção de lugares que ‘ganham’ e ‘perdem’ atributos ao sabor da velocidade com que se modificam. Para Bacon (1976, p. 21), neste processo, o corpo humano passa a atuar como base análoga da arquitetura e revela nas novas formas de articulação do espaço arquitetônico o poder da experiência temporal, produzida por arquivos de memória. Pretendemos com esta abordagem sinalizar o papel da memória como agente fundamental à compreensão e reestruturação dos espaços contemporâneos na cidade, assim como relativizar sobre o redimensionamento desses espaços diante de uma noção sensível de cidade – ou seja, aquela que se manifesta por elementos não estáveis do indivíduo e que produz múltiplos instantes de evocação memorial. Podemos dizer que o “tempo da cidade” é ditado por esses instantes que amadurecem na mente dos indivíduos e ganham sabor com os elementos que incorporam espaços absorvidos, mentalizados e representados. O tempo, neste ponto, é um referencial inerte para sua base espacial, mas quando relativizado sobre os caracteres sensíveis apreendidos pela duração traz à tona o que é assunto latente nas sociedades atuais: a memória.

Palavras-chave: cidade, memória, arquitetura.

Preliminares

O tempo, desde a sua remota ‘invenção’ – como artefato manipulado que é – promove uma contagem progressiva ou cíclica dos acontecimentos e pode ser visto como uma flecha (um seguimento linear que conduz) ou um ciclo (um fenômeno circular que volta ao seu início) dentro de cada extrato espacial. Circular ou linear, o

tempo sempre anda seguido de suas “molduras”, que são os conjuntos de valores específicos para cada cultura. O fator diferenciador nas relações interculturais é que cada cultura tem suas próprias molduras onde os padrões geralmente são únicos e regulares, dificilmente transmutados. Culturas que se expressam cada vez mais uniformemente por um processo veloz de pós-globalização, que constrói uma urbanidade em todo lugar (Mongin, 2008).

A urbanização está ligada ao princípio da civilização. A *urbe* (sua raiz) era originalmente o termo romano para a caracterização de uma *comuna italiana* (a unidade básica de organização territorial na Itália e posteriormente na França), similar ao município brasileiro.¹

Do século XVIII a meados do século XIX, as concepções iluministas sobre *cidade e intervenção* passaram a preconizar a nova ciência. De Cerdà (1859) ao início do século XX, todas as formulações de cidades industriais e metrópoles nascentes corroboraram para a constituição do chamado *urbanismo moderno*, ainda bastante calcado em versões de cunho formalista e quantitativo para as cidades.

Recentemente, em tese defendida pelo Prourb, Araujo (2007) comprometeu-se com uma nova versão para o Urbanismo apregoado por todas as cidades mundiais; votando por um retorno ao antigo tema ‘cosmopolita’ ou *cidadão do mundo*, a autora transmuta o urbanismo em *orbanismo*, chamando-o de ciência do século XXI. Ora, uma vez *orbe* significar ‘globo, mundo’, a ideia central é a de que não havendo mais, para nós, referências a fronteiras ou limitações (fruto do desenvolvimento das TIs) “*estaríamos tratando como cidade não só o mundo, mas também o universo conhecido e a conhecer*” (Op. cit., p.85).

A nossa percepção é uma representação mental do que está fora de si. É o que se denomina de representacionismo. Em consequência disso, ao relatar a alguém o modo como percebemos o mundo, transmitimos o resultado de nossas percepções objetivas e estruturamos uma ordem na desordem. Por isso, diante do cenário de complexidade com que encaramos nossa vida, nossa posição na sociedade, e com que crescem os edifícios, serviços e bens de consumo no mundo, é preciso ficar

¹ A comuna era o ente local fundamental, autônomo e independente – segundo princípios consolidados na Idade Média e parcialmente retomados pela Revolução Francesa – que estruturava as cidades; etimologicamente significava alforria, libertação. E, originalmente, era empregada a grandes unidades de produção rural, abrangendo a agricultura e pequenas indústrias, de forma coletiva e centralizada. Por isto mesmo, as comunas organizavam a vida social e política dos seus habitantes. Mas as próprias comunas tinham o ‘direito’ de se tornar cidade, bastava que se adequassem à condição conferida por um decreto específico do chefe da República, a partir de uma iniciativa autônoma ou de uma proposta de Governo ou do commune interessado.

atento a esta subjetivação que tanto traz diferença para a interpretação das estruturas arquitetônicas.

Apesar de a experiência cotidiana nos mostrar a cada passo que a percepção ocorre de maneiras assindéticas, a teoria representacionista – hoje sob crescente questionamento – continua a ser amplamente adotada. Em seu nome, as sociedades em que vivemos nos pedem que sejamos diretos e objetivos. No entanto, recentes descobertas da ciência cognitiva e da neurociência já revelaram que o mundo externo é percebido de acordo com a estrutura cognitiva do observador e que percebemos o mundo segundo o modo como essa estrutura está preparada para percebê-lo, e não exatamente como ele é, ou seja, não objetivamente.

Aprender a repensar o tempo e o espaço, dentro de uma complexidade, significa renunciar a prefigurar inteiramente a imagem do futuro da cidade para retornar a compreendê-lo como uma emergência, um cenário aberto, um jogo em grande parte imprevisível, cujo resultado não pode manifestar-se por imposição de uma solução ou projeto imposto do exterior.

Para (des)estruturar os sistemas imbricados da complexidade, que tanto amparam as modificações presentes, é preciso se perguntar, dentro desta complexidade, de que cidade falamos. Ou seja: conceituá-la.

Neste trabalho, o primeiro passo conceitual para se analisar a cidade contemporânea e o papel da arquitetura em sua fabricação atual está no papel daquilo que a transforma em objeto difuso e múltiplo: o tempo.

1. Tempo e espaço contemporâneos

*O meu tempo não é o seu tempo.
O meu tempo é só meu.
O seu tempo é seu e de qualquer pessoa,
O seu tempo é o tempo que voa.
O meu tempo só vai aonde eu vou.
O seu tempo está fora, regendo.
O meu dentro, sem lua e sem sol.
O seu tempo comanda os eventos.
O seu tempo é o tempo, o meu sou.
O seu tempo é só um para todos,
O meu tempo é mais um entre muitos.
O seu tempo se mede em minutos,
O meu muda e se perde entre os outros.
O meu tempo faz parte de mim.*

*O meu tempo acabará comigo
no meu fim.*

(Araldo Antunes. *O meu tempo*. In: **Dois ou mais Corpos no mesmo Espaço**. São Paulo: Perspectiva, 1998).

O tempo psicológico, relacionado no poema de Antunes (Op. cit.), à primeira pessoa, é o tempo interior que interrompe a existência do universo, a cada constatação de uma ausência. “*O meu tempo acabará comigo / no meu fim*”. Trata-se de um tempo que participa, no indivíduo, da construção de sua identidade; tempo pertinente à complexidade do sujeito e à sua trajetória pessoal. Dito isto, fica claro para nós que nenhum tempo é imaterial.

A ideia de que o tempo possa ser pensado separadamente da matéria, como uma dimensão externa do devir dos fenômenos, é uma das questões apresentadas por Descartes em seu “Discurso do Método”.² A questão de distâncias planas e homogêneas sem história, na qual o passado e o futuro podem ser comprimidos em um eterno presente, e em que apenas sobressai o futuro, configura a idéia de refundação e reordenamento, assim como de manipulação e controle, que percorre intimamente a inteira concepção de cidade contemporânea e alinhava os acontecimentos consequentes.

Com Foucault (1986, p. 43) podemos traçar um paralelo justamente no ponto em que associa-se à contemplação insípida, distante e atemporal de Descartes (Op. cit.) à atuação dos planejadores e urbanistas que tomam a idéia de cidade atual somente pela visualização de um todo:

Como Descartes fechado em seu gabinete, contentando-se em ver sem ser perturbado pelas paixões e pelos corpos, mas com um olhar de águia voltado a dominar o mundo, o planejador observa a cidade do alto, tomando exclusivamente suas formas. E, do mesmo modo que aquele que, do avião, observa a espuma do mar e a enxerga como imóvel, sem compreender que, de perto, ela é pulsação e movimento, ele não se dá conta de que, por detrás do silêncio das formas, explode o fervilhar da vida.

Olhar do alto, como que ordenando e dominando as esferas de planejamento é uma das maiores incongruências do urbanismo atual, que em muitas esferas ainda procede desta forma. A sinalização mais óbvia nesta advertência de Foucault (Id.,

² DESCARTES, R. Discurso do Método. Baixado eletronicamente pela instituição CultVox em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2274>.

Ibidem) é justamente no momento em que revela que por trás de qualquer silêncio, ou contemplação atópica, está o cerne da vida na sociedade. Ainda assim, silêncio e contemplação necessitam de ritmos doados pelo tempo.

No livro *'The Dance of Life'*, Hall (1989) discute o 'tempo' como objeto da cultura *"como [o tempo] é conscientemente ou inconscientemente formulado, usado e patenteado em diferentes culturas"* (1989, p.3). Da mesma forma que Hall, cunhamos este capítulo com uma sondagem do tempo (e conseqüentemente do espaço dotado por este), de acordo com as diferentes formas engendradas pela associação do movimento humano em seu espaço físico e social.

Leach (Apud Hall, 1989, p. 5) comenta que *"nós criamos o tempo ao criarmos intervalos na vida. Até fazermos isso, não há tempo a ser medido"*. Aparentemente não nos damos conta disto, mas, ao apreciarmos o desenvolvimento de um bebê no seu primeiro ano de vida, perceberemos uma série de condicionantes espaço-temporais simplesmente desnecessárias para a compreensão de mundo nesta fase de vida pela qual todos passamos. E com justo conhecimento de causa, ao conviver com um bebê, também o nosso tempo pessoal se dissolve, se anula, se entrega a uma ausência de medidas e valores, da mesma forma que é impossível para uma pequena criança responder a um adulto se meia hora é mais ou menos do que dez minutos ou exigir que o ponteiro de um relógio conduza as necessidades do bebê, como conduz os nossos compromissos.

Ora, se o tempo é uma metáfora para toda cultura, para toda cidade e toda gente, podemos dizer que a questão do(s) tempo(s) e de sua relação com o espaço parece ter sido respondida apenas no último século concluído (XX), quando o cientista Albert Einstein colocou que *"o tempo é simplesmente o que o relógio lê"*. Le Goff (2003, p. 12) revela o mesmo, colocando a idéia de calendário (ou de contagem dos dias e anos) como um trabalho cultural de interpretação do tempo, mais do que ambiental:

O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite. Porém suas articulações mais eficazes – a hora e a semana – estão ligadas à cultura e não à natureza.

O relógio pode ser a rotação da terra, um objeto em movimento, a pulsação sanguínea, um morro de areia que se desfaz com o vento, os objetos físicos de um

trajeto. De fato, o tempo – ao final das contas – parece irreal e é apenas uma invenção humana que auxilia os depósitos materiais, estimula as conquistas do porvir e exprime um sistema de valores. Sem ele, colocaríamos nossas questões vitais de lado e abraçaríamos o instante como nosso único objeto de desejo, sem nos questionarmos do que vimos, sentimos ou produzimos. Mas, como falamos anteriormente, por sua natureza carnalmente associada à existência humana, nada é mais palpável nas sociedades e nas cidades atuais que o tempo.

Através desta capacidade imagética de reproduzir cenários, sons, cheiros e reinterpretar o vivido, muitas pessoas conseguem ‘expandir’ o tempo, um efeito que traz o passado para o tempo futuro – não apenas instantâneo. Nestas considerações, o presente não se materializa, ele simplesmente não existe como entidade de valor. (Hall, 1989, p. 139).

Também por isso, diante de afirmativas retiradas de diversas conclusões de literatura e da experiência pessoal, podemos dizer que o tempo da cidade é ditado por esses instantes outros que amadurecem na mente dos indivíduos e ganham sabor com os elementos sensíveis que incorporam espaços absorvidos, mentalizados e representados. O tempo, em si, é um referencial inerte para sua base espacial, mas quando relativizado sobre os caracteres sensíveis apreendidos pela duração traz à tona o que é assunto latente nas sociedades atuais: a memória.

2. Uma resposta ao Tempo > Memória

As memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo o momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades, à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos. (Burke, 1992, p. 72).

A relação da memória com os lugares é de longa data e a história dessa relação não deixa de ser a história das formas de conhecimento do mundo, das maneiras como as verdades sobre o mundo foram elaboradas pelas diferentes racionalidades culturais da humanidade.

O impulso globalizador que vem delineando os rumos da história recente e redimensionando a compressão das noções sensíveis da cidade, antes aparentemente estáveis de tempo e espaço, tem “*transmutado as memórias urbanas em objeto de novas disputas sociais*” (Machado, 2006). Isto porque as TIs estão tornando a velocidade da comunicação – entre partes distintas do mundo – cada vez mais próxima e resoluta. Para ancorar as vivências e remontar um quadro que fuja do contexto cosmopolita homogêneo, que caracteriza o nosso presente, buscamos a estabilidade de memórias e símbolos para recompor e explicar a cidade que habitamos, como se mirássemos num espelho invisível.

Para Machado (2006), devemos interagir com as cidades e suas memórias particulares como um estrangeiro que consegue estabelecer a distância necessária para desconfiar das coisas demasiadamente familiares e, desta forma, problematizar o presente para compreender melhor os (des)caminhos desta recente cultura da memória.

Na arquitetura e no urbanismo a memória ganha um novo estatuto através do novo paradigma teórico e os novos temas definidos pelo pós-modernismo (Nesbitt, 2002). Neste novo estatuto a memória aproxima-se do espaço físico construído, que agora também ascende diferente nas disciplinas arquitetônicas e urbanísticas como *Ambiência*, ou seja, como realidade vivenciada e significada.

Por outro lado, a memória adquire força de conhecimento do mundo através do corpo, que agora retorna à arquitetura não mais como escala humana fisiológica a ser refletida no desenho espacial, mas o corpo que experimenta, que sente, que toca, que dobra; a memória aqui é força significadora neste corpo que “potencializa” o mundo. É a *memória sensível* que se relaciona com os lugares na reaproximação que a arquitetura faz entre o corpo e o edifício, entre o corpo e a cidade (Vidler *Apud* Nesbitt, 2002).

Nora (1997), por sua vez – outro teórico que contribui muito nas reflexões atuais sobre memória e espaço, principalmente através do conceito de Lugares de

Memória, afirma: *“os lugares de memória não são aqueles dos quais nos lembramos, mas lá onde a memória trabalha”* (1997, p.18).

A apreensão da memória nos conduz, desta forma, à construção do sentido urbano; faz emergir os significados e valores dos lugares, atribuídos por indivíduos que neles estão, fomenta as ligações simbólicas entre o ambiente de uma pessoa e suas crenças essenciais, e principalmente nos faz olhar para as imagens e prioridades dos usuários conjuntamente com o ambiente físico.

A memória também depende do *momento* em que está sendo articulada e pelas preocupações inerentes ao processo em que está sendo expressa. Portanto não é uma fonte pronta e definitiva, e sim, esculpida durante o processo de recordar.

Na busca pelo resgate das memórias urbanas, o passado tende a ser recriado de forma a refletir nítida e metaforicamente os desejos do presente. Esta recriação passa por interferências de ordem subjetiva e torna-se, para nós, um objeto de análise sensitiva.

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível mais sofisticado, o velho tempo da memória que atravessa a história e se alimenta. (Le Goff, 2003, p. 13). Para Santo Agostinho, o sistema das três visões temporais (passado, presente e futuro) só é expresso no presente, mas esse presente tem várias dimensões: *“o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras”* (Confissões, XI, p. 20-26 *Apud* Le Goff, 2003, p. 211). Para Santo Agostinho, a noção do instante e da divindade personificavam a noção de acontecimento e sabedoria, sendo ambas uma manifestação da memória, esta, produto de uma coletivização.

Claudine Haroche (2008) colocou o ‘império da memória individual’ como um mote das últimas vinte décadas; apesar de construída sobre bases coletivas – e antepassadas – esta memória insurgente é única, subjetiva e só pode ser ancorada num sujeito único. A autora sugere a substituição da palavra ‘coletiva’ por ‘individual’, pois rebate que em nossos tempos não há sujeito que não seja individualizado e não há experiência que não seja subjetiva. Le Goff (2003, p. 422) complementou que:

Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva, que a princípio, se entrega à memória

individual por adesão, mas, finalmente, pode ser renegada diante da subjetividade inerente ao indivíduo.

Podemos neste ponto nos perguntar, silenciosamente, “mas o que é memória”?

A constituição da palavra ‘memória’ remonta ao *mnemon* grego, que historicamente representa uma pessoa separada especificamente para guardar a lembrança do passado na sociedade. Na Mitologia, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lembrar-lhe de algo que poderia lhe causar a morte, caso esquecido. Le Goff (2003, p. 433) comenta que com o desenvolvimento da escrita, estas “memórias vivas” transformaram-se em arquivistas e o papel do *mnemon* passou a ser atribuído à memória registrada, facilmente encontrada por estar catalogada. Este ato de catalogar, reter e arquivar é o que representa a nossa noção de memória atualmente.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações diversas (...) que ele representa como passadas. (Le Goff, 2003, p. 419).

Com a ‘morte’ dos *mnemones*, a língua falada e escrita passou a prevalecer sobre a função de se ‘reter’ uma informação. Estando à disposição alheia, a qualquer hora e local, o registro memorial (em obra de qualquer espécie) passou a ocupar este cargo e se instaurou como objeto fixo. Isto significou, para nossas sociedades atuais, uma mudança profunda na noção de memória, que frequentemente passou a parecer-se com o ‘aprender de cor’ ou o ‘lembrar a todo momento’, uma grotesca dissociação do valor de ‘permanência’ que a memória deveria ter.

No *Fedro* (p.274-275),³ livro elaborado por Platão, o autor coloca a lenda do deus egípcio Thot, patrono dos escribas e da astronomia, inventor dos números e do alfabeto. Platão afirma que, inventando os últimos dois elementos, Thot transformou a memória, mas contribuiu para enfraquecê-la mais do que desenvolvê-la. Ele põe que:

[o alfabeto] engendrará o esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior,

³ PLATÃO. *Fedro*. (2003). Disponível em brochura, Rio de Janeiro: Ed. Martin Claret. Diálogo entre Sócrates e Fedro sobre a Retórica, ou melhor, sobre a genuína arte de falar.

através de sinais estranhos. Tudo (...) é uma receita para trazer as coisas à mente.

Platão criou, assim, o papel do arquivo móvel (e das atuais pastas eletrônicas de todos os computadores no mundo); para nós, a idéia de memória está justamente no fato de que desejamos rejeitar os escritos, as imagens e os padrões ‘arquivistas’ da cidade analisada e, ao invés, recorrer ao exercício de ‘traduzir’ a memória através dos sentidos – apreciados através dos diversos tempos da cidade. Em nossa tese recentemente defendida (Santana, 2010), esta memória se intitula ‘Memória do Futuro’.

Apesar de historicamente apresentada, a memória (como estrutura conceitual) vai muito além de sua definição etimológica. Falar de memória, antes da capacidade de evocar, é explorar a noção de tempo; nos últimos anos, as considerações sobre *tempo e espaço* têm direcionado os usuários para um ‘encontro às escuras’, dentro dos conceitos desenvolvidos para as cidades genéricas e efêmeras (Koolhaas, 1996; Mitchell, 1995). O espaço, para esses conceitos, não é mais que um ‘palco’ asséptico para as interações humanas e a vida urbana. Estas noções falharam, por sua vez, em não considerar que o ‘palco’ interage com a vida urbana e com diferentes instantes de apreensão que doam *velocidades* específicas na cognição ambiental e deslocamentos coordenados pelas novas ‘inserções’ urbanas, que tencionam uma ordem na desordem. Há um processo dialético de autoconstrução e autorreconstrução da imagem urbana das cidades, segundo diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais.

Mas não apenas da condicionante ‘tempo’ estrutura-se o conceito de memória. É preciso que outras forças contingentes do físico e do metafísico trabalhem em equipe para que a operação de *reter, arquivar e evocar* – relacionadas ao passado – se processe de maneira adequada a trazer à tona o que entendemos como *processos mnemônicos da mannesi*. Esta atividade cerebral, de recordar e fazer ressurgir, a reminiscência (*mannesi*), antes de tudo, traz a estrutura coesa dos registros memoriais por possibilitar recuperar os lugares e tempos ‘perdidos’ e por auxiliar na estruturação de pensamentos lineares, ou seja, encadeados por acontecimentos lógicos e sequenciais. A noção de ‘Memória Sensível’ (termo definido em conjunto com o grupo de pesquisa ASC – Arquitetura, Subjetividade e Cultura),

acima apresentada, remonta à reminiscência, atividade agrupadora e apoiada na retórica (ou ciência das palavras):

Agostinho deixou de herança para o cristianismo medieval uma adaptação da teoria da retórica sobre a memória. Em *Confissões*, ele parte da concepção dos *lugares e imagens* da memória, mas traz uma enorme profundidade psicológica ao se referir à “imensa sala da memória” e sua “câmara vasta e infinita” (*Apud* Le Goff, 2003, p. 440):

Chego agora aos campos e vastas zonas da memória, em que repousam os tesouros das inumeráveis imagens de toda a espécie de coisas introduzidas pelas percepções; em que estão também depositados todos os produtos do nosso pensamento, obtidos através da ampliação, da redução ou qualquer outra alteração das percepções dos sentidos (...). Quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quero. Algumas se apresentam no mesmo instante, outras se fazem desejar por mais tempo, quase que são extraídas dos esconderijos mais secretos. Algumas se precipitam em vagas (...) e afasto-as com a mão do espírito da face da recordação, até que aquela que procuro rompe da névoa e avança do segredo para meu olhar; outras surgem dóceis (...) à medida que as procuro (...). Tudo isso acontece quando conto qualquer coisa de memória.

Com Agostinho, a memória passou a penetrar o homem interior sendo repostada pelos estímulos do exterior, assim como se espera da reminiscência. Mas foi também a partir dele que a memória ganhou *status* de entidade estática, pronta a ser recuperada quando da manipulação das lembranças.

Desta forma é para Nora (1997), na medida em que uma memória escrita substitui uma memória viva, espontânea e diretamente ligada às experiências, que uma mudança radical na racionalidade e na sensibilidade da humanidade ocorre. E à sociedade atual, amparada sob o princípio de um produtivismo arquivista e de um culto documentário, cabe delegar ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e de multiplicar os signos onde ela se deposita. Diz o autor (Op. Cit., p. 31):

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivo como a nossa, não somente pelo volume que segrega espontaneamente a sociedade moderna, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação que ela dispõe, mas pela superstição e o respeito pelo vestígio. (...) na medida em que desaparece a memória tradicional, nos sentimos impelidos a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, signos visíveis daquilo que foi, como se este dossiê cada vez mais proliferante devesse ter não-sei-que-prova, para não-sei-qual tribunal da história.

O arquivo armazena uma quantidade finita de dados, dispostos e alocados por semelhanças em sobreposição, e tributa-se a eles o dever de ‘relembrar’, como se aí tivessem estado todo o tempo. O arquivo também fabrica imagens e mais imagens coesas e tumultuadas de diversas cidades.

Assim como a racionalidade medieval acreditou na escritura como chave para “congelar a memória”, a modernidade do século XX foi aquela que começou a desconfiar disto, dando campo ao reconhecimento de que o efeito do arquivamento pode não ser necessariamente o de “conservação” da memória, mas, pelo contrário, o de sua substituição (Huysen, 2000; Nora, 1997).

Uglicione (2008, p.32) comentou em sua tese recentemente defendida pelo Proarq/UFRJ que, com esta desconfiança,

(...) um ‘desafeto’, por parte da racionalidade contemporânea, incluindo-se a racionalidade arquitetônica e urbanística, surge com relação ao arquivo como dispositivo da memória: a idéia de arquivo passa a ser de maneira ampla, vinculada, não de modo homogêneo, a uma não-vontade de memória na sociedade.

E se a vontade de memória se esvai como defendem Huysen (2000), Nora (1997) e Uglicione (2008), falar sobre memória é questão das mais atuais na análise do espaço urbano das cidades contemporâneas. Pois como é, de fato, científico, a memória está relacionada ao trato humano que lida com as emoções, ela é contingente do sistema emocional que desenvolvemos em relação com o mundo. E se as referências físicas são desarticuladas com uma rapidez nunca vista na história mundial, se os tipos psicológicos multiplicam em bulas de remédios e se o papel da memória – como elemento associado à escrita – se restringe ao arquivo, então é através de uma análise subjetiva que trataremos de delinear o conceito da cidade atual.

3. Desmembrando cidade e memória – um campo de imagens, ou uma cidade ‘entre’

Sob o impulso globalizador que vem redelineando os rumos da história recente, a memória emerge, portanto, como uma das preocupações centrais das sociedades (ocidentais), que buscam nesta “cultura da memória” disputar o que

lembrar e o que esquecer. Num mundo em constante mutação, o passado presentificado como lugar ‘redentor’ – no qual podemos ancorar sonhos e expectativas, assim como elementos significantes por ele apresentados – surge como o lugar das experiências e possibilita a formação de novas imagens que reconfiguram a cidade de tantos lugares perdidos.

Como afirmou Marco Pólo a Kublai Khan, na densa narrativa de Ítalo Calvino⁴ “a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar através de **novas imagens** aquilo que se foi [grifo nosso]”. As cidades invisíveis da imaginação de Calvino, contidas na descrição de Marco Pólo ao grande imperador, fazem parte deste relato do sujeito narrador que caminha como um *embriagado*, um *flaneur*, buscando na satisfação de saudosas recordações pela metrópole a visibilidade de uma mobilidade e prática concreta de cidade.

Cercados dessas considerações, nossas pesquisas foram enriquecidas com esta certeza de que a cidade da memória (sensível) – não da memória estável e fixa do passado, mas a ‘memória do presente’, articulável e ampla – existe, é possível e se refaz a cada segundo, com a mescla dos diversos tempos que se interpolam na linguagem das lembranças. Cidade a que chamamos ‘entre’ (Santana, 2010) e que se constrói por imagens ‘catalogadas’ em diversos tempos de apreensão nas cidades. Esta cidade é subjetiva, inerente, não partidária e bastante cambiável com as necessidades de representação do tempo (presente) em que é construída por seus indivíduos.

Somente quando o conceito de memória (do futuro) se apresentou (Santana, 2010) foi que conseguimos entender o efeito ‘metafórico’ da extensão da memória nas cidades contemporâneas e da importância de diversos outros tipos de memória – que acabam por construir sua noção *transtemporal*,⁵ ou seja, quanto mais tentamos nos projetar ao futuro, simultaneamente nos projetamos ao passado, criando possíveis futuros, que podem nunca ser tangenciados.

Ficou claro em nossas pesquisas que caracterizar e expandir o leque de abordagens no espaço mutável e ‘carnalmente’ entranhado nas mudanças que exercemos sobre o espaço e em nós mesmos (a cidade ‘entre’) é assunto para

⁴ CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. Trad. De Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1996.

⁵ Fazendo alusão à palestra da Prof. Maria do Céu (EBA, UFMG) durante o evento “A Arte da Memória e a Memória do Futuro”, produzido pelo IEAT em 26.11.2008. CEU, M. (2008). As *Machinas Memoriales* e as Memórias como Invenção do Discurso. Palestra de 1:44h proferida em 26.11.2008. Acessado em 11.02.2009 e disponível em <http://www.ufmg.br/ieat/index.php?option=com_content&task=view&id=409&Itemid=9>.

diversas ciências – o que retira qualquer autonomia do saber (sobre cidade) em arquitetura.

Acenando em direção ao espaço contemporâneo e suas formas de engendramento nos usuários e no(s) tempo(s) de cidade, alguns autores contemporâneos contribuíram para consolidar uma certeza que corrobora com diversos outros escritos e teorias vigentes e, ainda, auxiliaram na demonstração de que pensar o espaço (e a arquitetura) da atualidade é pensar o homem em suas necessidades mais individuais e subjetivas.

Quando Virilio (1993) constrói sua tese de uma cidade vinculada às imagens circulantes e à velocidade imperante, também Castells (1995) funciona como um álibi, ao dizer que tudo isso é um processo construído em conjunto e que a cidade-informação é esta cidade ‘entre’ que necessita dos avanços e da junção de tempos e memória para se arraigar e espriar completamente.

Também quando Deleuze (1988) recria (e reconfigura) sua cidade continuamente, também Soja (1996) defende esta (re)criação na terceira-cidade e na cidade-imanente, e acabam juntos alertando que o processo de reconstrução é um processo temporal, subjetivo, transitório, randômico e – conseqüentemente – memorial. Não na memória dos traços passados – novamente nos justificando – mas na memória de todos os tempos, a Memória do Futuro – presente também na cidade-depois de Mongin (2003).

Este cenário oferecido pelos autores permite-nos comprovar que se a memória é construção, o jogo de linguagens impostas por fachadas e edifícios arquitetônicos não pode se engessar numa visão simplesmente ‘compositiva’ da arquitetura. Se a ‘contação’ de histórias (de uma cidade) reverte e refaz as noções representativas da cidade (como grande objeto sensível), é através da admissão de instâncias de tempo e permanência (ou duração) que esta imagem deve se solidificar e se traduzir.

Considerações finais

Ao final de nosso trabalho podemos assumir e atestar que pensar a memória implica abandonar perspectivas de uma banal rememoração e assumir a dimensão desejante do espaço; ao passo que a memória escolhe seus traços desejantes, como

nas linguagens indiretas, também as representações de cidade se rendem a uma forma estritamente relacionada com o corpo individual.

Se a arquitetura favorece a formação de uma imagem coletivamente compartilhada (assim como a linguagem), também ela, como prática, contribui muitas vezes para a confusão metodológica da estrutura edificada das pequenas, médias e grandes cidades. Devemos lembrar, sempre, que a cidade é uma invenção e só ela é campo possível para o crescimento e desenvolvimento da arquitetura e das sociedades.

Não lançar um olhar crítico sobre a subjetividade operante na condição sensível da contemporaneidade é negar um princípio básico da arquitetura, o da experiência. E não relacioná-la (a arquitetura) às inúmeras possibilidades de expansão e retração do espaço é desconsiderar o fator *tempo* nas cidades globais – estas, sempre à margem de um excessivo controle.

Chamarmos ‘cidade contemporânea’ este grande conjunto de ‘cidades’ é também reduzir sua competência, mas, por outro lado, sumarizar esta quantidade de processos. Ela é isto: uma denominação alimítrofe, superurbanizada – e, antes de tudo, informacional (Castells, 1995); baseada no espaço de fluxos e de complexos modelos organizacionais que absorvem variadas ideias de tempo; ela é uma *videocidade* (Virilio, 1993)⁶ – um espaço sem portas, onde o urbano perde sua realidade geopolítica em benefício de sistemas instantâneos, que acontecem e se desfazem com rapidez.

Não seria demais repetir, portanto, que a flexibilidade promovida por essas mudanças fabricou também um cidadão muito menos comprometido com o ‘solo’ e muito mais ligado ao confronto tátil (seja ele virtual ou não). E por isso, algumas noções de mobilidade na cidade se rendem à ideia dos fluxos, que não necessitam do corpo material para acontecer; eles (os fluxos) operam em dimensões atópicas e muito mais relacionadas ao tempo, este elemento de operação silenciosa. E também isto serve de ‘comida para o pensamento’ na forma de se atuar arquitetonicamente no espaço urbano, público ou privado.

⁶ Para Virilio (1993), a *videocidade* é uma cidade ‘sem portas’, onde o sistema urbano perde sua hegemonia geopolítica e se solidifica no campo da transição de informações.

Assim, a ideia de uma virtualidade⁷ (como um lugar possível e *do possível*) se colocaria para demonstrar que a cidade ‘concreta’ (da visualidade, da objetividade política) só se compreende através de uma ‘terceira cidade’ (Soja, 1996) – ou de tantos outros nomes – que é delimitada por uma ‘colagem de tempos’ que estabelece na *memória* seu caminho para a construção.

Dominar o virtual, subjetivar-se e compreender a perda de um sentido original de cidade tornam o homem cada vez mais aberto a estruturar sua memória (do futuro) e construir um ‘entre’. Da mesma forma que para arquitetos e urbanistas, seja na prática ou no ensino, compreender estas razões de mundo capacita a melhor abordagem e experiência do/no espaço.

Uma cidade ‘entre’ é narrada todos os dias por cada usuário. Ela se constrói e reconstrói mantendo algumas ou muitas características ‘originais’, mas mantém seu enredo na memória. E por que exigir uma mesma história mais de mil vezes? A Psicanálise infantil responde a isso claramente: para dominar melhor o relato; controlando o enredo, os personagens, os locais de desenvolvimento do fato e as inquietações próprias das mudanças, o futuro se antecipa.⁸ O conhecedor da ‘história’ é o autor do (alter) enredo e espera sem medo o seu desenlace, pois o confirma pelo que considera conhecimento. Na repetição evocativa da memória, mesmo que sempre representada (ou seja: nunca real), também assim se manifesta o conceito de Memória do Futuro na construção de uma cidade ‘entre’.

Desde Foucault (*Vigiar e Punir, 1977*), a ideia de vigilância e controle – que induziriam à ordem – permeia a construção de uma sociedade obediente, educada e apartada de eventuais conflitos físicos – e que, assim, evitaria ações punitivas pelo poder governamental. Se assim a vida social se estabeleceu, e tantos séculos de civilidade foram impostos, fica em nós um problema: também as cidades que fogem à regra merecem algum dispositivo penitencial? Não uma punição empregada por pequenos e escusos grupos de pessoas nos procedimentos de demolição, reabilitação, revalorização dos edifícios; mas uma punição baseada em pressupostos

⁷ Podemos facilmente admitir que as operações mediáticas da tecnologia da virtualidade fazem com que as distâncias geográficas não sejam mais empecilho para a interação de subjetividades, mas isso é diferente de abolir totalmente a noção de espaço físico, enquanto perspectiva de vivência cognitiva pessoal. A ideia de espaço virtual relacionado exclusivamente ao mundo digital é falsa, ela prescinde da interpretação e contextualização individual humana das experiências vividas. Por isso, podemos dizer que a virtualidade acontece no nível imagético e trabalha em consonância com a memória e o espaço ‘real’.

⁸ FREUD, S. (1996). Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

definidos da mesma forma que para a sociedade (exclusão, reclusão, morte). Alguns bons ensaios já abordaram este assunto.

A resposta imediata é que nem a punição nem a própria ideia de cidade cabem em ancoragens voltadas ao controle. Só ela (a cidade) comporta de forma irrestrita a imprevisibilidade, a casualidade, o desejo, as benesses e mazelas que tantas vezes reprecendemos nos atos humanos. Ela é sempre possível.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, R. (2007). A Cidade Sou Eu? O Urbanismo do Século XXI. Tese de doutorado defendida pelo PROURB-UFRJ. Rio de Janeiro: Prourb.
- BACON, E. (1976). Design of Cities. New York: Penguin Books.
- BATTEN, D. (1995). Networked Cities: creative urban agglomerations for the 21st century. London: Urban Studies 32, vol. II, pp. 313-327.
- BAUDRILLARD, J. (2001). Senhas. Rio de Janeiro: Bertrand.
- _____. (1991). Simulação e Simulacros. Trad. de Maria da Costa Pereira, Coleção Antropos, Rio de Janeiro: Relógio d'água.
- BENKIRANE, R. (org) (2005). A Complexidade, Vertigens e Promessas. Histórias de Ciência. Trad. de Maria João Batalha Reis, Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade.
- BURKE, P. (Org.) (1992). A escrita da história – novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- CASTELLS, M. (1995). The Rise of the Network Society. Cambridge: Blackwell.
- DELEUZE, G. (1988). Diferença e Repetição. Rio de Janeiro: Graal.
- DERRIDA, J. (2001), Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- FOUCAULT, M.. (2005). A arqueologia do Saber. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2001). L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France, 1981-1982. Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros, Paris: Seuil/Gallimard (Coll. Hautes études).
- _____. (1996). A Ordem do Discurso. ed. 5°. São Paulo: Loyola.
- _____. (1986). As Palavras e as Coisas. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- HALL, E.T. (1989). The Dance of Life: the other dimension of time. New York: Anchorbooks.
- HAROCHE, C. (2008). A Condição Sensível. Rio de Janeiro: palestra e ciclo de debates desenvolvidos na sede do Ippur/UFRJ, em 11/11/2009, duração de 5,5h.
- _____. (2008). O Futuro do Sensível: os sentidos e os sentimentos em questão. Rio de Janeiro: palestra proferida na sede do Ippur/UFRJ, em 07/04/2008, duração de 3h.
- _____. (2008a). A Condição Sensível. Formas e maneiras de sentir no ocidente. Trad. Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa.

- HUYSSSEN, A. (2000). *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumento, mídia*. Aeroplano Editora. Rio de Janeiro.
- KOOLHAAS, R. (1995). SMLXXL. In: *The Generic City*. Rotterdam: 010 Publishers (Trad. ital. Domus 791.Milão. 1977).
- LE GOFF, J. (2003). *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão et al., 5. Edição, Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- _____. (1982). *História e Memória*. Lisboa, Edições 70.
- MACHADO, R. (1990). *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro:Graal.
- MITCHELL, W. (1995). *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*. Cambridge: MIT Press.
- MONGIN, O. (2003). *De La Ville à la Non-ville*. In: RONCAYOLO, M.; JACQUES, L.; PAQUOT, T.; CARDINALLI, O. *De La Ville e du Citadin*, Paris : Éditions Parenthèses, pp. 35-51.
- NESBITT, K. (org.) (2002). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NORA, P. (1997). *Lês Lieux de Mémoires*. Gallimard, Paris.
- ROWE, P. (1984). *Collage City*. Massachussets : The MIT Press.
- UGLIONE, P. (2008). *Arquivo Mnemônico do Lugar: memória e histórias da cidade*. Tese apresentada ao Proarq/UFRJ. [Tese de doutoramento].
- SANTANA, E. P. (2006). *A Metáfora da Cidade: som, velocidade, deslocamento e vertigem - pesquisa de doutoramento submetida ao Proarq/ UFRJ*.
- SOJA, E. (1996). *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge, Massachussets: Blackwell.
- VIRILIO, P. (1993). *O espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real*. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34.